



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

120
C

084

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0205639-5

APELANTE.....: Gladstone Castro de Oliveira e Outros

APELADO.....: Estado de Pernambuco

RELATOR.....: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDADE. LEI Nº 12.344/2003. 1. Buscam os apelantes a promoção para o grau hierárquico imediato àquele em que foram transferidos para a reserva ou reformados, nos termos do art. 16, da Lei Estadual nº 12.344/2003. 2. O fundamento do pedido é a alegada permanência dos apelantes por mais de 10 (dez) anos no mesmo posto ou graduação hierárquica. 3. A esse respeito, observa-se que a Lei nº 12.344/2003 trata da promoção por antigüidade no serviço ativo e prevê o preenchimento cumulativo de pelo menos cinco condições para tal desiderato: (i) conclusão com aproveitamento do respectivo curso de formação; (ii) interstício mínimo; (iii) classificação, no mínimo, no comportamento "bom"; (iv) submissão à inspeção de saúde; e (v) inclusão em quadro de acesso. 4. Ou seja, nem em tese se pode cogitar de que os apelantes, a partir do cômputo exclusivo dos seus tempos de serviço ativo, teriam direito à promoção por antigüidade, quando de suas transferências para a inatividade. 5. Ademais disso, os apelantes não só não acostaram aos autos quaisquer elementos de prova aptos a comprovar o preenchimento das referidas condições previstas no art. 8º da Lei nº 12.344/2003, não tendo sequer alegado que tais condições tenham sido satisfeitas. 6. Nesse panorama, nega-se provimento ao presente apelo, para o fim de manter a sentença de primeiro grau.

R
5527

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0205639-5, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar provimento à apelação cível, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 7 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

116
C
085

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0205639-5

APELANTE.....: Gladstone Castro de Oliveira e Outros

APELADO.....: Estado de Pernambuco

RELATOR.....: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que **julgou improcedente** a Ação Ordinária de Obrigação de Fazer proposta por Gladstone Castro de Oliveira e Outros contra o Estado de Pernambuco.

Na referida ação ordinária, os autores/apelantes, militares estaduais inativos, asseveraram que, quando de suas inativações, não lhes teria sido reconhecido o direito à promoção por antigüidade a que se refere a Lei Estadual nº 12.344/2003.

Alegam, ainda, que, por terem passado mais de 10 (dez) anos na mesma função, fazem jus à promoção por antigüidade, nos termos do art. 16, da Lei nº 12.344/2003.

Pleiteiam, ao final, a percepção de proventos correspondentes aos **postos** imediatamente superiores àqueles em que foram transferidos para a reserva ou reformados e, bem assim o pagamento dos valores pretéritos não pagos a esse título.

A sentença de fls. 80/82 julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que os autores não comprovaram o preenchimento das condições estabelecidas pela Lei nº 12.344/2003 para a promoção pretendida.

Em sede de **apelo** às fls. 86/90, os apelantes repisam os termos da inicial, pugnando pela reforma da sentença *a quo*.

Em **contra-razões** de fls. 94/98, a Fazenda Pública alega, em breve suma, que é incabível a pretensão em lume, à vista de a Lei nº 12.344/2003 tratar da promoção dos militares da ativa, ao passo que os apelantes encontram-se na inatividade, bem como que estes não comprovaram o preenchimento de vários requisitos legais, a exemplo de participação e aprovação em curso de formação, cujo atendimento é condição indispensável à promoção de que trata o referido diploma legal.

A douta Procuradoria de Justiça aduziu não ter interesse no feito (fls. 112/113).

I

AC 0205639-5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

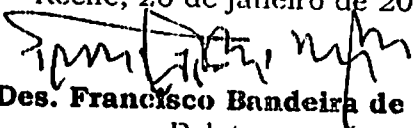
114
@

086

É o essencial a relatar.

Tendo em vista que o valor atribuído à causa autorizaria o processamento do feito pelo rito sumário, determino a inclusão do feito em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 26 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

121
C
087

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0205639-5

APELANTE.....: Gladstone Castro de Oliveira e Outros

APELADO.....: Estado de Pernambuco

RELATOR.....: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

In casu, observo que o cerne da presente lide reside em aferir se os autores/apelantes, militares estaduais inativos, fazem jus à promoção para o grau hierárquico imediato àqueles em que foram transferidos para a reserva ou reformados, nos termos do art. 16, da Lei Estadual nº 12.344/2003.

O fundamento do pedido é a alegada permanência dos apelantes por mais de 10 (dez) anos no mesmo posto ou graduação hierárquica.

A esse respeito, observo que a Lei nº 12.344/2003 trata da promoção por antiguidade **no serviço ativo e prevê o preenchimento cumulativo de pelo menos cinco condições** para tal desiderato: (i) conclusão com aproveitamento do respectivo curso de formação; (ii) interstício mínimo; (iii) classificação, no mínimo, no comportamento "bom"; (iv) submissão à inspeção de saúde; e (v) inclusão em quadro de acesso.

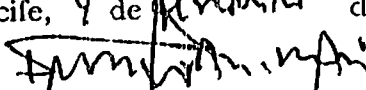
Ou seja, nem em tese se pode cogitar de que os apelantes, a partir do cômputo exclusivo dos seus tempos de serviço ativo, teriam direito à promoção por antiguidade, quando de suas transferências para a inatividade. .

Isto significa que a *tese autoral*, mesmo considerada no plano *exclusivamente de direito*, é insuscetível de conduzir à procedência da ação.

Tanto que os apelantes não só não acostaram aos autos quaisquer elementos de prova aptos a comprovar o preenchimento das referidas condições previstas no art. 8º da Lei nº 12.344/2003, como em verdade sequer alegaram que tais condições tenham sido satisfeitas.

Ante o exposto, **nego provimento** ao apelo, mantendo a sentença *a quo* na íntegra.

Recife, 4 de *junho* de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator